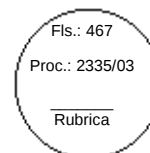




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



PROCESSO 2335/2003

INFORMAÇÃO 047/2006

Jurisdicionada: Secretaria de Saúde

Assunto: Representação

Ementa: Representação n.º 38/2003-CF. Decisão 3647/2004. Análise de justificativas oferecidas por servidores. Análise de diligências.

Senhor Diretor

Nesta assentada, analisamos os esclarecimentos prestados pelos servidores referidos no disposto no item II da Decisão Ordinária 3647, de 19/08/2004 (f. 391):

“II – abrir audiência, no termos do art. 43, II, da Lei Complementar nº 01/94, para, em 30 (trinta) do conhecimento desta Decisão, apresentar(em) justificativas sustentadas com provas documentais:

a) aos Senhores qualificados no § 21 da Instrução, em virtude dos fatos narrados nos §§ 17 a 21, tendo em vista o que contempla o parágrafo único do mencionado dispositivo legal e a possibilidade de instauração de tomada de contas especial, de acordo com a Resolução 102/1998-TCDF;

b) aos Administradores identificados no § 42 da Instrução, quanto às irregularidades descritas nos §§ 39 a 42, tendo em vista o que prevê o parágrafo único do dispositivo legal invocado no caput e o art. 11, I, c/c 12, III, da Lei 8.429, de 2 de junho de 1992;

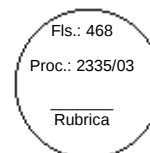
c) dos referidos Administradores quanto à inexistência de licitação no período auditado; (...).”

2. Também, analisamos os esclarecimentos prestados pela Jurisdicionada sobre o disposto no item III da referida Decisão 3647/2004 (fs 391/392):

“III – determinar à Jurisdicionada que:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



- a) envie a este Tribunal, em trinta dias, planilha(s) contendo todos os valores estimados e executados dos contratos firmados para fornecimento de gases medicinais a partir de 2001 até a presente data, demonstrando os valores empenhados e anulados referentes a cada contrato, por ano, os valores liquidados e pagos pertinentes à competência contábil de cada ano, e os valores liquidados em anos anteriores e pagos nos seguintes por reconhecimentos de dívidas, informando, também, os números de todas as notas fiscais correspondentes às transações expendidas;
- b) implemente imediatos procedimentos visando aos controles físicos do recebimento e do consumo de gases medicinais, designando, para tanto, o pessoal necessário;
- c) desenvolva controles físicos do consumo de óleo pelos equipamentos geradores e concentradores de gases medicinais e proceda a manutenções periódicas com vistas a evitar excesso de consumo de combustível;
- d) envide esforços para que não mais ocorra a realização de despesas sem prévio empenho, descobertas de licitação e de contrato, ensejando reconhecimento de dívidas, conforme ocorreu com os fornecimentos de gases medicinais mediante a empresa White Martins Gases Industriais Ltda.;
- e) adote as medidas necessárias para fazer valer o que foi pactuado no item 01 do Pregão 274/2003-SUCOM/SEF, contratado junto à empresa White Martins – instalação cilindros (tanques) de oxigênio gasoso nas centrais de cilindros de reserva das regionais hospitalares, informando o Tribunal acerca dos resultados alcançados;
- f) avalie a viabilidade de dotar o Hospital de Base dos equipamentos necessários à auto-suficiência na produção de oxigênio hospitalar, nos termos descritos nos §§ 12 e 13, pois é contrário à economicidade permitir a aquisição desse gás por até R\$ 4,39 o m³, quando se poderia produzi-lo a R\$ 0,90 o m³, conforme consta, por exemplo, nos autos dos Processos nº 060.001.117/2002 e 060.000.216/2003;
- g) observe a Decisão nº 10.626/1999, especialmente o inciso V; (...)”

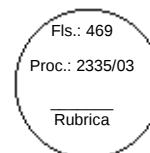
I – DA SINOPSE

3. Princípiam os autos com a Representação 38/2003, de autoria da insigne Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira (fs. 01/79).
4. De inspeção realizada na Jurisdicionada, emana esmiuçado Relatório (fs. 341/363), cujas sugestões são abraçadas pelo Parecer 551/04-CF (fs. 370/385), o qual acrescenta:

“o administrador deve ser ouvido ainda sobre a inexistência de licitação no período ora auditado.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



5. Por fim, a Decisão 3647/2004, conforme voto do Relator, acolhe essas sugestões (fs. 391/392).

II – DAS JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS POR MASSILON FIGUEIREDO JUNIOR E ELIANE BATISTA DE MORAIS

6. Primeiro, tratamos da análise das justificativas de Eliane Batista de Moraes – Chefe do Núcleo de Serviços Contratados/GEAC e de Massilon Figueiredo Junior – Gerente de Apropriação de Custos/DICOF.

7. Segundo o Relatório de Inspeção, esses servidores são, por hipótese, responsáveis por pagamentos indevidos, os quais somariam R\$ 2.048.125,36, no período de maio a agosto de 2003 (fs. 347/349):

“19. Relevante é que, sob dito Contrato nº 28/03, liquidou-se R\$ 2.048.125,36 de despesas em nome da WHITE MARTINS GASES MEDICINAIS LTDA, CGC 358204480018-84, e pagou-se essa cifra à WHITE MARTINS GASES MEDICINAIS SA¹, CGC 358204480001-36, que não mantinha contrato com a Administração (fls. 61/526*). O fato pode ter sido simples erro, mas as evidências sinalizam a possibilidade de pagamento à última empresa citada, sem contraprestação em produtos. (...)”

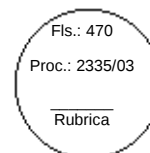
.....

21. (...) Esses fatos demonstram, de forma relevante, que se pode ter realizado o pagamento de R\$ 2.048.125,36 à empresa White SA., desprovido das correspondentes contraprestações em fornecimentos de gases, pois não se verificou nenhum fornecimento por parte da White Martins SA, mesmo que em paralelo, porém pagou-se-lhe referido montante. O fato é grave e sugere, preliminarmente à instauração de tomada de contas especial para apurar o indevido pagamento, **abrir audiência** aos responsáveis para apresentarem justificativas **documentadas com extratos bancários conciliados com todos os documentos financeiros que respaldaram as operações inerentes**, nos termos do art. 43, II, da Lei Complementar nº 01/94, tendo em vista, se não subsistentes, o que contempla o parágrafo único do mencionado dispositivo legal e a instauração de tomada de contas especial, de acordo com a Resolução 102/1998-TCDF. Entende-se responsáveis, a priori, pelas falhas indicadas a senhora Eliane Batista de Moraes – Chefe do Núcleo de Serviços Contratados/GEAC e o Senhor Massilon Figueiredo Junior – Gerente de Apropriação de Custos/DICOF, no período considerado – maio a agosto de 2003 –, vez que a partir de informações equivocadas, por eles prestadas, quanto ao CGC do credor para pagamento, foi que se consolidaram os erros (fls. 75*, 99*, 125*, 157*, 191*, 314* e 520*).

¹ Vale ressaltar, consta em vários documentos e algumas notas fiscais a denominação social White Martins Gases Industriais S.A, mas todos apresentam o CGC da White Martins Gases Industriais Ltda., nº 358204480018-84, exemplo fls. 527/890*. No Processo nº 060.010.772/2002, algumas das notas com a intitulação White Martins Gases Industriais S.A consta carimbo comunicando nova razão social denominada White Martins Gases Industriais Ltda. (fls. 582/732*). Pelos contratos firmados, pelo próprio contrato social que originou a White Ltda., e sobretudo pelo CGC utilizado, é de se concluir que nunca existiu qualquer relação com a White SA. (fls. 193/238, 303/311 e 1/26*).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



8. Dado que as explicações apresentadas pelos servidores Eliane Batista de Moraes e Massilon Figueiredo Junior equivalem-se, passamos a aludir apenas aos documentos constantes às fs. 01/34 do anexo X.

9. De início, os justificantes referem-se ao alegado nexos causal entre o suposto desvio de pagamento de "R\$ 2.048.125,36 à empresa White SA., desprovido das correspondentes contraprestações em fornecimentos de gases," e "informações equivocadas, por eles prestadas, quanto ao CGC do credor para pagamento, foi que se consolidaram os erros (fls. 75*, 99*, 125*, 157*, 191*, 314* e 520*)". (§ 21 do RI, fs. 349/350)

10. Eis suas explicações sobre esses fatos (f. 3 – Anexo X):

"Tenta descabidamente a 2a ICE/aud desta Corte, imputar ao requerido a responsabilidade pelo pagamento indevido a empresa WHITE MARTINS no montante de R\$ 2.048.125,36 (dois milhões quarenta e oito mil cento e vinte e cinco reais e trinta e seis centavos), alegando que os mesmos foram desprovidos das correspondentes contraprestações em fornecimento de gases, pelo simples e insignificante fato do requerido ter informado o CNPJ da empresa fornecedora de forma equivocada.

Torna-se oportuno esclarecer que nos documentos citados pela Inspeção, onde ocorreram os erros aduzidos de fornecimento errôneo de CNPJ, quais sejam os documentos de fls 75, 99, 125, 157, 191, 314 e 520, cabe ressaltar que em nenhum dos documentos colacionados, sequer foi citado o numero do CNPJ pelo requerente, como quer fazer acreditar essa Inspeção.

Os documentos em anexo (DOC V). são imperiosos e cristalinos em comprovar que os referidos documentos, nada mais são do que despacho rotineiros daquela Gerência de encaminhamento ao Setor Competente ,para que fosse realizada a devida liquidação e posterior pagamento, não constando em nenhum deles o CNPJ da empresa fornecedora, como alega descabidamente a Inspeção.

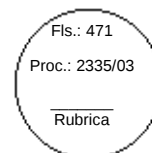
11. Assiste razão aos justificantes. Conforme podemos verificar às fs. 26/32 do Anexo X. não consta qualquer número de CNPJ nos despachos assinados pelos justificantes. Assim, desvanece a hipótese de nexos causal entre a atuação dos servidores Eliane Batista de Moraes e Massilon Figueiredo Junior e o presumido "indevido pagamento" de R\$ 2.048.125,36 àquela Sociedade Anônima, conforme exposto no § 21 do Relatório de Inspeção.

12. A seguir, os justificantes esclarecem que WHITE MARTINS GASES MEDICINAIS LTDA e WHITE MARTINS GASES MEDICINAIS SA são razões sociais de uma única empresa (fs. 03/05 - Anexo X):

"A 2a ICE/aud., nos § 17 e 18, ressalta que foram pagas vultosas quantias as empresas WHITE MARTINS LTDA (CNPJ 35.820.44810018-84) e WHITE MARTINS S.A (35.820.44810001-36).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



Expõe que foi realizado um contrato emergencial nº 28/2003-SESIDF com a empresa WHITE MARTINS GASES MEDICINAIS LTDA (CNPJ 35.820.44810018-84) e não com a empresa WHITE MARTINS GASES MEDICINAIS S.A (35.820.44810001-36).

Otrora apesar do Contrato ter sido realizado com a empresa WHITE MARTINS GASES MEDICINAIS LTDA, (CNPJ 35.820.44810018-84) e não com a EMPRESA WHITE MARTINS GASES MEDICINAIS S.A (35.820.44810001-36), foram realizados pagamentos no montante de R\$ 2.048.125, 363 a referida empresa, mesmo sem cobertura contratual.

A própria inspetoria reconhece que o fato pode ter sido um simples erro.

Nesse sentido, esclareço a esta Corte que a empresa WHITE MARTINS GASES MEDICINAIS LTDA, (CNPJ 35.820.44810018-84) e a WHITE MARTINS S.A (35.820.44810001-36) são simplesmente a mesma empresa (conforme comprova documentos em anexo e Contrato Social da Referida Empresa.), não havendo o que se falar em pagamentos indevido. (DOC I e II) em anexo."

13. Em pesquisa recente junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, verificamos que os números de inscrição 35.820.448/0001-36 e 35.820.448/0018-84 pertencem ambos à empresa WHITE MARTINS GASES MEDICINAIS LTDA. Um corresponde à matriz e outro à filial de Brasília. Assim, confirmamos a informação prestada pelos justificantes (fs. 457/458).

14. Ainda sobre a confusão causada pelas diferentes denominações da empresa, esclarecem os justificantes (fs. 04/05 - Anexo X):

"Esclarece-se ao Ilustre Relator, o que ocorreu foi apenas uma reestruturação societária da empresa que passou de uma empresa S.A, para uma empresa LIMITADA, permanecendo inalterado o CNPJ, Inscrição Estadual e Municipal e bem como a Conta Bancária. Esta reestruturação societária decorreu no final do ano de 2001 (DOC I e III) em anexo."

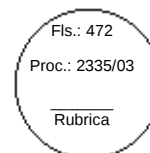
15. Os justificantes alegam que a desatualização da razão social da empresa deve-se a falha do sistema SIGGO (fs. 04/05 - Anexo X):

"Ocorre que a Secretaria de Estado de Saúde, trabalha com os dados contidos no sistema SIGGO do Distrito Federal e neste sistema não foi alterado os dados cadastrais da empresa, o que levou esta Secretaria a pagar a empresa com a razão social anterior, não havendo qualquer ofensa aos princípios da legalidade, moralidade, eficiência pública e principalmente qualquer dano ao erário e pagamentos por fornecimento ou serviços não prestados. (DOC III e IV) em anexo."

16. A falha do sistema é evidenciada ao observamos resultado de pesquisas a esse sistema juntadas às fs. 22 e 24 do Anexo X. Daí, entendemos que procede a seguinte informação sobre a conta-corrente utilizada pela empresa para recebimento (fs. 04/05 - Anexo X):



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



"Vale ressaltar que a Conta Bancária da Empresa WHITE MARTINS, inscrita no CNPJ 35.820.44810018-84(filial Brasília 304-2 e o CNPJ 35.820.44810001-36 (matriz) e a mesma, qual seja Agência 022, Conta Corrente 610.287-4 no Banco de Brasília . (Conforme comprovam documento em anexo) retirado do SIGGO, sendo todos os pagamentos a anos sempre são realizados nesta Conta Bancária. (.DOC III e IV) em anexo."

17. A seguir, os justificantes apresentam declaração emitida pela WHITE MARTINS, esclarecendo a mudança da razão social deve-se a mudança societária ocorrida em 17/12/2001 (f. 10 - Anexo X):

"Confira-se trecho do documento enviado pela White Martins ao requerido, esclarecendo a respeito da mudança societária supracitada, in fine: (Doc I)

"Vimos pela presente, informar à V.S. que, em Assembléia Geral e Extraordinária realizada na sede desta empresa no dia 17 de Dezembro de 200, foi deliberada e aprovada a transformação de sociedade anônima para uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, alterando-se, desta forma, sua razão social de White Martins Gases Industriais S.A para White Martins gases Industriais Ltda.

Informamos, ainda, que se trata apenas de uma reestruturação societária, permanecendo inalterado os números do CNPJ, INSCRIÇÃO ESTADUAL E Municipal.

Com relação aos CNPJs 35.820.44810001-36 e 35.820.44810018-84 informamos que pertencem a nossa Matriz e à filial de Brasília 304-2, respectivamente.(...) "

18. Esgotado o exame desse tema, os justificantes passam a esclarecer o controverso pagamento de R\$ 2.048.125,36 à empresa WHITE MARTINS S.A (fs. 05/06 - Anexo X):

"Em relação à assertiva da 2a ICElaud. que foi pago R\$ 2.048.125, 36 à empresa WHITE S.A , desprovido das correspondentes contraprestações, esclarece que esta Gerência, em nenhum momento procedeu o pagamento de fornecimento ou serviços não realizados, pois todas as notas fiscais pertinentes ao montante pago encontram-se nos processos 060.005.482/03, 060.005.483/03, 060.005.857/03, 060.004.993/03, 060.006.129/03, 060.007.405/03, 060.006.741/03 e 060.008.415/03. (Processos em anexo, DOC VI em anexo)." (f.34 - Anexo X)

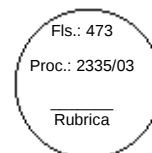
19. Em pesquisa junto ao sistema SISCOEX, verificamos as correspondentes ordens bancárias (fs. 459/466).

20. Os justificantes alegam que se processam os pagamentos com base nos atestados passados pelos executores dos contratos (f. 06 - Anexo X):

"Urge esclarecer que esta Gerência, apenas encaminha para pagamentos, fornecimento ou serviços devidamente atestados pelos executores nomeados nos respectivos contratos, considerando que nos processos supracitados todas às notas fiscais foram devidamente atestada, pelo executor do mesmo. (DOC VI em anexo)."



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



21. Os justificantes eximem-se de responder pelas supostas irregularidades cogitadas no corpo do Relatório de Inspeção com relação a pagamentos sem a devida contraprestação de bens ou serviços (f. 06 - Anexo X):

"Apenas a título de informação esta Gerência, confere mensalmente aproximadamente 400 processos de contratos, não sendo sua função ir até os locais verificar se os fornecimentos ou serviços foram devidamente prestados, sendo esta obrigação pertinente aos executores de contratos, assim a partir do momento em que o fornecimento ou serviço foi atestado pelo executores, que possuem a devida fé pública, para esta Gerência o fornecimento ou serviço é considerado como correto e devidamente prestado.

No que tange aos documentos encaminhados (notas fiscais), seguiram os mesmos, todos os trâmites da rotina utilizada por esta Secretaria, haja vista que esta Gerência somente procede pagamentos de notas fiscais devidamente atestada pelos executores do contrato, o que ocorreu na situação em tela, não havendo em falar de erro desta Gerência. Esclarece-se que os dados utilizados por esta Gerência para o preenchimento dos documentos colacionados, são pesquisados no Sistema SIGO, cuja a atualização não é atividade pertinente a esta Gerência.

Convalida que as notas fiscais somente foram devidamente encaminhadas para pagamento, após a verificado que as mesmas encontravam em consonância com as cláusulas contratuais e devidamente atestada pelo executor designado.'

22. Os justificantes sintetizam argumentos já apresentados, questionando sobre o presumido dano ao erário (f. 07 - Anexo X):

"Questiona-se qual foi o Prejuízo efetivamente causado ao erário por esta Gerência, haja vista que o pagamento foi efetuado para a empresa em questão ocorrendo um mera divergência na descrição da Razão Social, em virtude de uma não atualização de dados no sistema SIGGO, salientando que o pagamento foi realizado na conta bancária das empresa, a mesma conta que esta Secretaria a anos sempre realizou os depósitos para a empresa. considerando que todos os atos administrativos praticados jamais contrariaram os princípios da moralidade, legalidade, impessoalidade, eficiência, razoabilidade administrativa e não geraram nenhum prejuízo ao erário."

23. Em suma, os justificantes elucidam, com provas irrefutáveis, as imputações sofridas nos autos.

III – DAS JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELOS ADMINISTRADORES

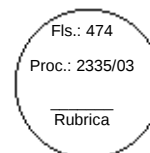
24. A seguir, analisamos os esclarecimentos prestados pelos servidores referidos no disposto no item II, alíneas "b" e "c", da citada Decisão 3647, de 19/08/2004 (f. 391):

"II – abrir audiência, no termos do art. 43, II, da Lei Complementar nº 01/94, para, em 30 (trinta) dias do conhecimento desta Decisão, apresentar(em) justificativas sustentadas com provas documentais:

(...)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



b) aos Administradores identificados no § 42 da Instrução, quanto às irregularidades descritas nos §§ 39 a 42, tendo em vista o que prevê o parágrafo único do dispositivo legal invocado no caput e o art. 11, I, c/c 12, III, da Lei 8.429, de 2 de junho de 1992;

c) dos referidos Administradores quanto à inexistência de licitação no período auditado; (...)."

25. Passamos às justificativas apresentadas pelos Sr.^{es} Jofran Frejat, Paulo Afonso Kalume Reis, Aluísio Toscano França e Arnaldo Bernadino Alves, quanto à inexistência de licitação no período auditado e quanto às irregularidades descritas nos §§ 39 a 42 (fs. 356/358):

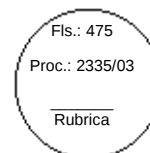
"39. Sobre o argüido no § 2º, "f" – utilização de recursos do SUS, transferidos pelo Ministério da Saúde, como contrapartida de contratos inerentes ao REFORSUS de competência do DF –, os documentos juntados às fls. 891/1216* comprovam a acusação. Ditas transferências, no total de R\$ 670.538,24, ocorreram sob os Convênios nºs 490/98, 071/2000 e 138/2000 (fls. 13, 14, 893/901*, 956/969*, 970/1083*). Os recursos para o REFORSUS são decorrentes de empréstimo externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, sendo o Ministério da Saúde gestor dos valores acordados, que os executa mediante a celebração de convênios com os Estados da Federação. 85% dos valores são cobertos com recursos do BID e 15% é contrapartida do Beneficiário – no caso, o Distrito Federal –, conforme Cláusulas Segundas dos citados convênios (fls. 894*, 915*, 957*, 964*).

40. Não obstante as condições expendidas, o Distrito Federal transferiu referido valor da conta Corrente Bancária nº 58041-4, Agência 1607-1, Banco do Brasil (001), vinculada ao Sistema Único de Saúde-SUS, para as Contas Correntes Bancárias nº 191057-4, 5529-8 e 5530-1, Agência nº 1607-1, Banco do Brasil (001), conforme se observam nos razão contábeis dessas contas, extraídos do SIGGO, às fls. 970/1033*, e nos extratos bancários das ditas contas às fls. 1034/1083*. A título de esclarecimento, as contas contábeis são de natureza devedora – classe, subclasse, grupo e subgrupo 1, isto é, do ativo circulante, disponibilidades. Assim, toda vez que são debitadas os saldos aumentam, e creditadas, diminuem. Todos os espelhos contábeis demonstram crédito da conta corrente do SUS e débito da conta corrente do REFORSUS, evidenciando saída de recursos do SUS para o REFORSUS (fls. 984/992*, 1004/1014*, 1025/1033*, 1035/1083*).

41. Os fatos expostos nos dois últimos §§ são graves, sobretudo porque evidenciam desvio de finalidade na aplicação dos recursos do SUS, que devem ocorrer nos conformes da Decisão 600/2000 do TCU e não como contrapartida de contratos inerentes ao REFORSUS de competência do DF (fls. 338/339). O REFORSUS é composto de subprojetos visando ao apoio e à melhoria da capacidade e eficiência do SUS, essencialmente edificação de obras, aquisição de equipamentos e materiais permanentes, modernização gerencial e consultoria. Portanto, têm finalidades diferentes, são alimentados por fontes também diferentes e exigem condições que devem ser norteados pelos respectivos instrumentos firmados. No caso, a contrapartida de 15% deveria ter onerado os recursos próprios do DF e não do SUS, conforme prevêm as Cláusulas Segundas dos Convênios inerentes ao REFORSUS, mencionados no § 39. O



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



que ocorreu demonstra subtração de recursos federais para as atividades de saúde de competência do DF.

42. Então, ladeado ao desvio de finalidade, está a infringência ao acordado nos convênios, especialmente em suas Cláusulas Segunda, Terceira caput e § 4º, que enfaticamente prevêm referida contrapartida e a aplicação dos recursos, exclusivamente, na execução dos subprojetos. Considerando a quantidade de transações irregulares ocorridas em 2002, os expressivos valores envolvidos, e serem vários os subprojetos e contas bancárias, restam a priori afastados pressupostos de boa-fé, ou simples erro (noção falsa de alguma coisa). Compreendem-se responsáveis pelas irregularidades os gestores do Fundo de Saúde do Distrito Federal, no exercício de 2002, que se incorporam nas pessoas dos Secretários de Saúde de então, Srs. Jofran Frejat, de janeiro a abril de 2002, Paulo Afonso Kalume Reis, de abril a julho de 2002, Aluísio Toscano França, de julho a novembro de 2002 e Arnaldo Bernadino Alves, em dezembro de 2002. Portanto, nos termos do art. 43, II, da Lei Complementar nº 01/94, deve-se abrir **audiência** aos referidos responsáveis para apresentarem justificativas, tendo em vista o que prevê o Parágrafo único do referido dispositivo legal e o art. 11, I c/c 12, III, da Lei 8.429, de 2 de junho de 1992.”

IV – DAS JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS POR JOFRAN FREJAT E PAULO AFONSO KALUME

26. Dado que as explicações apresentadas pelos Sr.^{es} Jofran Frejat e Paulo Afonso Kalume equivalem-se, passamos a aludir apenas à documentação inserida às fs. 01/195 do anexo VIII.

27. De início, os justificantes contradizem a imputação de utilização indevida de recursos do SUS, descrita nos §§ de 39 a 42 do Relatório de Inspeção: (f. 01 – Anexo VIII):

“O questionamento relativo ao item “b” do inciso II da Decisão, nos §§ 39 a 42, diz respeito a suposta ação infringente à Decisão 600/2000 do TCU, por utilizar recursos do SUS como contrapartida de contratos inerentes ao REFORSUS.

Com a devida vênia, a Decisão do TCU que define sobre “as demais ações de saúde” constantes no § único do art. 2º da Lei 8.142/90, diferentemente do entendimento dos ilustres analistas e do MPJTCDF, não impede a aplicação de recursos do Fundo de Saúde (entre eles os oriundos do SUS) em contrapartida a programas, projetos vinculados a execução de ações e serviços de saúde.”

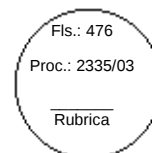
28. A seguir, os justificantes copiam o teor da Decisão 600/2000, de 02/08/2000 do TCU (fs. 01/04 – Anexo VIII):

“(...) O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

8.1. firmar entendimento no sentido que o termo “demais ações de saúde”, contido no parágrafo único do art. 2º da lei nº 8.142/90, refere-se às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde inseridas no campo de atuação do Sistema Único



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



de Saúde, conforme as disposições dos arts. 196 e 198, II, da Carta Magna c/c o inciso III do art. 5º da Lei nº 8.080/90, bem como aquelas ações constantes do art. 200 da Constituição Federal c/c o art. 6º da Lei nº 8.080/90;

8.2. firmar entendimento no sentido de que a rede de serviços do SUS constitui a parte da infra-estrutura do sistema destinada a prover as ações e os serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde inseridos no campo de atuação do Sistema Único de Saúde, conforme as disposições dos arts. 196 e 198, II, da Carta Magna c/c o inciso III do art. 5º da Lei nº 8.080/90, bem como aquelas ações constantes do art. 200 da Constituição Federal c/c o art. 6º da Lei nº 8.080/90, não se considerando em sua abrangência órgãos, entidades e unidades voltados exclusivamente para a realização de atividades administrativas; (Grifei)

8.3. firmar entendimento no sentido de que os recursos federais transferidos à conta do SUS a estados, Distrito Federal e municípios, com fulcro no art. 3º da Lei nº 8.142/90, devem ser aplicados, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 2º da referida lei, seguindo os seguintes critérios:

8.3.1. na hipótese de aplicação em investimentos, estes devem ocorrer na rede de serviços, tomada na acepção da alínea 8.2. retro, o que afasta a possibilidade de aplicação em imóveis, móveis, equipamentos, veículos, etc., destinados às atividades administrativas de setores das secretarias de saúde e dos governos municipal e estadual não diretamente vinculados à execução de ações e serviços de saúde, observando-se ainda a prioridade de seu direcionamento à rede pública, em conformidade com os arts. 4º e 24 da Lei nº 8.080/90, e a vedação constante do art. 199, § 2º, da Constituição Federal;

8.3.2. na hipótese de aplicação na cobertura assistencial ambulatorial e hospitalar e nas demais ações de saúde, os recursos federais devem financiar despesas correntes, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 12 da Lei nº 4.320/64, exclusivamente para manutenção da assistência ambulatorial e hospitalar, das demais ações de saúde e dos órgãos, unidades e entidades que as realizam, não sendo cabível sua destinação a setores das secretarias de saúde e dos governos municipal e estadual não diretamente vinculados à execução de tais ações; (Grifei)

8.4. determinar ao Sr. Ministro de Estado da Saúde que:

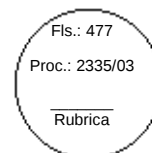
8.4.1. inclua na regulamentação do relatório de gestão do SUS, objeto do item 8.1.10 da Decisão nº 955/99-Plenário, orientações aos gestores sobre a apresentação e a guarda da documentação comprobatória da execução das despesas relacionadas aos recursos transferidos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos estaduais e municipais de saúde;

8.4.2. divulgue o teor dos entendimentos formulados nas alíneas 8.1., 8.2. e 8.3. retro junto aos órgãos e entidades supervisionadas pela Pasta, bem como junto aos demais gestores do SUS; e

8.5. encaminhar cópia desta Decisão, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam ao Ministro de Estado da Saúde, para conhecimento; e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



8.6. arquivar os presentes autos.”

29. Os justificantes alegam que essa Decisão não impede o emprego de recursos do SUS para investimentos em obras e equipamentos. (f. 04 – Anexo VIII):

“Como se vê o Tribunal de Contas da União não decidiu pela não utilização de recursos do SUS em investimentos no setor saúde.

*Ora, os convênios mencionados são todos para investimentos em obras e equipamentos destinados à execução de ações e serviços de saúde, tais como Bancos de Sangue. Bloco Materno Infantil. Tratamento do Lixo Hospitalar, como definido pelo § único do art. 2º da Lei 8.142/90, que reproduzo: **(DOC. nº 01)**”*

30. Os justificantes transcrevem o artigo 2.º da Lei 8.142/90:

“Art. 2º Os recursos do Fundo Nacional de Saúde - FNS serão alocados como:

I - despesas de custeio e de capital do Ministério da Saúde, seus órgãos e entidades, da administração direta e indireta;

II - investimentos previstos em lei orçamentária, de iniciativa do Poder Legislativo e aprovados pelo Congresso Nacional;

III - investimentos previstos no Plano Quinquenal do Ministério da Saúde;

IV - cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.

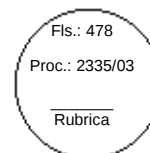
*Parágrafo único. Os recursos referidos no inciso IV deste artigo destinar-se-ão a **investimentos na rede de serviços**, à cobertura assistencial ambulatorial e hospitalar e às demais ações de saúde. ”*

31. Os justificantes argumentam que os recursos do Fundo Nacional de Saúde, ao serem repassados ao Fundo de Saúde do Distrito Federal, passam a constituírem em “receita própria” do Distrito Federal (fs. 04/05 – Anexo VIII):

“De outra parte, não bastasse a Decisão do Tribunal de Contas sobre a abrangência das “demais ações de saúde”, os recursos do SUS repassados ao Fundo de Saúde não são empréstimos ou valores a fundo perdido. São de fato pagamento por serviços prestados, com valores definidos por procedimento, transferidos após conferência, quando em gestão semiplena, ou quando em gestão plena, baseado em histórico de transferências, cujos serviços necessitam ser comprovados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



Na medida em que se trata de pagamento por serviços prestados, passa a ser receita própria da extinta Fundação Hospitalar do Distrito Federal, independentemente de a transferência ter sido feita pelo Ministério da Saúde ou por outra qualquer entidade, pública ou privada, que com a Fundação Hospitalar convênio celebrasse para atender sua clientela."

32. A fim de inserir o tema na atual orientação do Tribunal de Contas da União, detentor da função de fiscalizar a gestão dos recursos federais, transcrevemos, a seguir, excertos da sua obra de referência "Transferência de Recursos e a Lei de Responsabilidade Fiscal: orientações fundamentais", de dezembro de 2000.

33. Dessa obra, com relação à aplicação dos recursos fundo a fundo, destacamos:

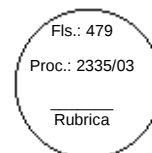
"Os recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para os fundos estaduais e municipais de saúde, para cobertura das ações e serviços de saúde podem ser utilizados para investimento na rede de serviços, para a cobertura assistencial ambulatorial e hospitalar e para as demais ações de saúde (Lei nº 8.142/1990, art. 2º).

Por "demais ações de saúde" entende-se as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde inseridas no campo de atuação do SUS, conforme entendimento firmado pela Decisão TCU nº 600/2000-Plenário -Ata 30/2000. Essa mesma Decisão define uma série de parâmetros de orientação da aplicação dos recursos, como:

- a rede de serviços do SUS constitui a parte da infra-estrutura do sistema destinada a prover as ações e os serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde inseridos no campo de atuação do SUS, não se considerando em sua abrangência órgãos, entidades e unidades voltados exclusivamente para a realização de atividades administrativas.*
- na hipótese de aplicação dos recursos repassados de forma regular e automática em investimentos, esses devem ocorrer na rede de serviços, tomada na acepção do parágrafo anterior, o que afasta a possibilidade de aplicação em imóveis, móveis, equipamentos, veículos etc., destinados às atividades administrativas de setores das secretarias de saúde e dos governos municipal e estadual não diretamente vinculados à execução de ações e serviços de saúde. Deve-se observar ainda a prioridade de seu direcionamento à rede pública (Lei nº 8.080/1990, arts. 4º e 24) e da vedação constitucional de destinação de recursos públicos para auxílios e subvenções às instituições privadas com fins lucrativos (CF, art. 199).*
- na hipótese de aplicação na cobertura assistencial ambulatorial e hospitalar e nas demais ações de saúde, os recursos federais devem financiar despesas correntes exclusivamente para manutenção da assistência ambulatorial e hospitalar, das demais ações de saúde e dos órgãos, unidades e entidades que as realizam (Lei nº 4.320/1964, §§ 1º e 2º do art. 12). Não é cabível destinar esses recursos a setores das secretarias de saúde e dos governos municipal e estadual não diretamente vinculados à execução de tais ações."*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



34. Quanto à conservação da natureza federal desses recursos, este fragmento torna bastante claro:

“A competência fiscalizadora do TCU decorre da natureza federal dos recursos repassa dos fundo a fundo pelo FNS para Estados, Distrito Federal e Municípios. Mediante a Decisão-TCU nº 506/1997-Plenário-Ata 31/97, o Tribunal firmou entendimento, no sentido de que os recursos repassados pela União no âmbito do SUS, aos Estados, Distrito Federal e Municípios constituem recursos federais e, dessa forma, estão sujeitos à fiscalização do TCU as ações e os serviços de saúde pagos à conta desses recursos, quer sejam os mesmos transferidos pela União mediante convênio, quer sejam repassados com base em outro instrumento ou ato legal, como a transferência automática fundo a fundo.

Os recursos transferidos fundo a fundo pelo Ministério da Saúde - MS não deixam de ser federais por passarem a integrar os Fundos Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Saúde ou por estarem previstos nos orçamentos de Estados e Municípios. Trata-se de exigência orçamentária fixada nas Leis nº 4.320/1964 e 8.080/1990 (vide também NOB/MS nº 01/93, item 5, subitem 4.1.1). Logo, há necessidade de se prestar contas ao órgão repassador dos recursos recebidos, segundo as normas aplicáveis ao SUS.

Apesar de o art. 1º do Decreto nº 1.232, de 30/08/1994, dispensar a celebração de convênio ou instrumento congênere para a transferência de recursos federais fundo a fundo a Estados, Municípios e Distrito Federal, no âmbito do SUS, o conjunto de objetivos e compromissos que a legislação pertinente impõe aos integrantes do SUS caracteriza relação convenial entre a União e as demais esferas de governo, conforme Decisão TCU nº 449/1998-Plenário-Ata 28/1998.

A competência do TCU para fiscalizar os recursos federais do SUS repassados a outras esferas de governo é ratificada pela legislação específica do SUS (Decreto nº 1.232/1994, art. 3º).”

35. Outras instâncias de controle previstas na legislação do SUS:

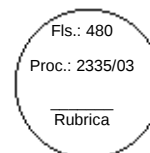
“A fiscalização da execução orçamentária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve ser exercida pelo Poder Legislativo local, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo. O controle externo a cargo do Poder Legislativo local é exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde existem (CF, art. 31).

Ao Sistema Nacional de Auditoria - SNA, instituído pelo art. 6º da Lei nº 8.689/1993, compete a avaliação técnico-científica, contábil, financeira e patrimonial do SUS, que deve ser realizada de forma descentralizada, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos de controle interno e externo. Isso significa que Estados, Distrito Federal e Municípios devem estruturar seus sistemas de auditoria para atuarem em articulação com o órgão do SNA no plano federal (o Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS).”

36. Os justificantes divergem da orientação do TCU quanto a definição correta do que sejam “recursos próprios” (f. 05 – Anexo VIII):



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



“As cláusulas segunda e terceira dos convênios 071/00 e 138/00 e 490/98 referem que o Banco do Brasil repassará ao beneficiário o valor resultante do processo licitatório, deduzida a parcela obrigatória de recursos próprios correspondente a 15% do valor licitado. E ainda, que a liberação dos recursos, pelo Banco do Brasil, só ocorrerá após prévio depósito da parcela obrigatória de recursos próprios (participação do beneficiário) de acordo com o cronograma de cada desembolso. (Vide cópia dos convênios, fls. 893, 956 e 963).

Portanto, recurso próprio da extinta Fundação Hospitalar não pode ser entendido apenas como as transferências do Tesouro do GDF, mas também sua receita própria por serviços prestados. Até porque no seu orçamento anual está incluída a receita a ser arrecadada e que pode variar de acordo com o serviço executado.

- O convênio do Projeto do REFORSUS não veda a utilização da receita própria advinda do SUS como contrapartida.”

37. Os justificantes equivocam-se ao confundir as fontes. A parcela obrigatória de recursos próprios, no caso, refere-se à contrapartida do beneficiário. Os recursos do Ministério da Fazenda transferidos fundo a fundo têm destinação diversa.

38. Segundo a orientação do TCU já referida, classificam-se as “ações custeadas pelas transferências regulares e automáticas fundo a fundo” em:

“Piso de Atenção Básica - PAB: procedimentos e ações de assistência básica, de responsabilidade tipicamente municipal, divididos em parte fixa e variável.

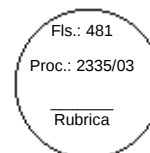
PAB - parte fixa: trata-se de um valor per capita nacional que, multiplicado pela população de cada Município, compõe quota anual de recursos destinados a serviços e ações básicas de saúde de natureza ambulatorial. Destina-se a Municípios habilitados em qualquer condição de gestão do SUS e a Estados habilitados (recebem as parcelas relativas aos Municípios não habilitados).

PAB - parte variável: inclui parcelas relativas aos Programas de Saúde da Família PSF, de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, Ações Básicas de Vigilância Sanitária, Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais - ICCN, Assistência Farmacêutica Básica - PAFB e Programa de Endemias e Controle de Doenças - PECD. A parte variável do PAB aumenta o total repassado para a atenção básica na proporção em que esses programas são implementados pelo gestor local do SUS. Destina-se a Municípios habilitados em alguma condição de gestão prevista na NOB/1996 e a Estados habilitados (parcelas relativas aos Municípios não habilitados e de outros Municípios que, apesar de habilitados, tenham suas parcelas parcialmente transferidas para o fundo de saúde do respectivo Estado, por deliberação da CIB).

Teto Livre: compõe-se do somatório de recursos destinados a Municípios habilitados na Gestão Plena do Sistema Municipal e a Estados habilitados (recebem as parcelas relativas aos demais Municípios e às unidades próprias estaduais), para a assistência ambulatorial e hospitalar de média complexidade.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



Alta Complexidade: procedimentos ambulatoriais e hospitalares de alta complexidade, não integrantes do Fundo de Ações Estratégicas (Portaria GM/MS nº 531, de 30/04/1999).

39. Logo, constitui irregularidade flagrante, o emprego, como contrapartida do convênio, de recursos destinados a essas ações.

40. Segundo relatório de Auditoria realizada pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS (f. 09):

"... dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde, no exercício de 2002, para custeio das ações da Atenção Básica (PAB) e Média e Alta Complexidade (MAC/AIH), R\$ 670.583,64 foram utilizados para contrapartida de projetos do REFORSUS, conforme análise efetuada no Relatório de Ordens Bancárias – 2002.

41. As datas dessas ordens bancárias vão de 22/01 a 30/12 de 2002, alcançando as Gestões dos Administradores mencionados no § 42 do Relatório de Inspeção (f. 13).

42. O justificantes reiteram argumentos, os quais distorcem o sentido da orientação do TCU (fs. 05/06 – Anexo VIII):

"O TCU entendeu, em sua Decisão 600/00, que os recursos federais transferidos à conta do SUS a estados, Distrito Federal e municípios podem ser aplicados em investimentos desde que vinculados à execução de ações e serviços de saúde. E mais: priorizando seu direcionamento à rede pública.

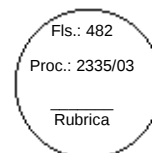
Ora, a então Fundação Hospitalar do Distrito Federal investiu em obras e equipamentos destinados à execução de ações e serviços de saúde na rede pública, tudo de acordo com o exigido nas normas do convênio.

O questionamento do TCDF tem origem em observação equivocada de auditoria do DENASUS/MS que às fis. 09 do processo em tela diz "Em Resumo: contrariando a legislação que disciplina a execução de convênios, ajustes e instrumentos similares, a Secretaria de Saúde utilizou recursos do Ministério da Saúde como contrapartida de projetos do REFORSUS, quando deveria ser recursos do Tesouro do DF..."

Não há, em qualquer documento, exigência de que a contrapartida seja obrigatoriamente de recursos do Tesouro do DF. A exigência é de que seja com recursos próprios. E, como foi exposto, os recursos repassados, pelo Ministério da Saúde, à extinta Fundação Hospitalar, como pagamento pelos serviços prestados



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



são considerados receita própria da Entidade e, por consequência, do Distrito Federal."

43. Os justificantes buscam legitimar o emprego de recursos do SUS como contrapartida de convênios do REFORSUS (fs. 06/07 – Anexo VIII):

"Nesse sentido a Portaria nº 1827, de 31/10/94, do Ministério da Saúde, que trata de Contratos e Convênios é elucidativa quando diz no seu artigo 7º (Doc. nº 02 c/2 fls).

Art. 7º - Observando os planos de saúde aprovados pelos Conselho Estaduais e Municipais de Saúde, os recursos transferidos para os fundos estaduais e municipais de saúde, em decorrência desta Portaria, serão considerados receita própria dos Estados e municípios nos termos dos artigos 6º, § 10 e 11, § 10 e , § 2º da Lei nº 4.320, de 17/03/64, mas serão aplicados em despesas correntes e de capital segundo a categoria econômica de que forem deduzidos do orçamento do Ministério da Saúde, ressalvado o disposto no artigo 43 da referida lei"

Da mesma forma a Instrução Normativa nº 01 de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional, que trata de Contratos e Convênios, disponível no site do Ministério da Saúde - DENASUS, diz no seu § 2º do Inciso VIII, do § 1º do art. 1º: (DOC nº 03 c/2 fls).

§ 2º A contrapartida dos Estados. do Distrito Federal, dos Municípios e das entidades de direito privado, que poderá ser atendida através de recursos financeiros. de bens ou de serviços, desde que economicamente mensuráveis, e estabelecida de modo compatível com a capacidade financeira da respectiva unidade beneficiada, tendo por limites os percentuais estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A Lei 4320/64, nos seu art. 6º, § 1º e art. 11, § 2º, completa esse entendimento: (DOC nº 04 c/3 fls).

Art. 6º Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

§ 1º As cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra incluir-se-ão, como despesa, no orçamento da entidade obrigada a transferência e, como receita, no orçamento da que as deva receber.

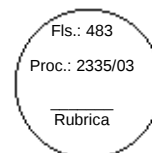
.....

Art. 11. A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

§ 10 São Receitas Correntes as receitas tributária, patrimonial, industrial e diversas e, ainda as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



peçoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

§ 2º São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superavit do Orçamento Corrente

44. Contudo, os justificantes não demonstram como essa sequência de dispositivos induzem à seguinte conclusão (f. 07 – Anexo VIII):

“Não há, portanto, qualquer irregularidade que possa escudar o descrito na letra “b” do Inciso 11, fis. 361 do processo, quanto à possibilidade de ser incurso nos dispositivos citados da Lei 8.429/92 que define os critérios de improbidade administrativa.”

45. Esgotada a discussão sobre o emprego irregular dos recursos do SUS, passamos a tratar do cumprimento do disposto no item III, “c”, da Decisão 3647/2004.

46. Os justificantes expõem suas razões quanto à ausência de licitação no período auditado (f. 07 – Anexo VIII):

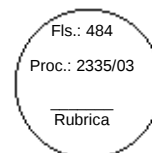
“No que tange ao determinado no item “c” da Decisão nº 3647/2004, quanto à inexistência de licitação no período aditado’ (sic), diz o Relatório de Inspeção nº 2.0107.04, às fls. 342 que ‘Em síntese, a ilustre Procuradora contesta:... d) não prorrogação dos contrato 093 e 07/02, aduzindo implicitamente execução de despesa sem cobertura contratual.’

47. Os justificantes confirmam a ocorrência de fornecimento de gases medicinais sem cobertura contratual em período sob sua responsabilidade com relação ao período auditado (f. 08 – Anexo VIII):

“Às fls. 343, no item 6, informa o relatório que, em 10/02/2004, a Chefe do Núcleo de Contratos/GEOCON/SES, atendeu à indagação feita através da Nota de Inspeção nº 01-2335/04 ‘se nos períodos de 03/10/2001 a 03/03/2002 e de setembro de 2002 a março de 2003 houve contratos para fornecimento de gases medicinais, isto é após o término da vigência do Contrato 093/99 e imediatamente depois da vigência do Contrato nº 007/2002. Citada servidora informou que não houve cobertura contratual para esses gastos, nos períodos indagados.’



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



De fato um dos períodos auditados, isto é entre 03/10/2001 e 03/03/2002, que está inserido em minha gestão, não teve cobertura contratual para fornecimento de gases medicinais.”

48. Também, o Sr. Paulo Afonso Kalume assume sua responsabilidade sobre a irregularidade apontada (f. 10 – Anexo IX):

“28. De fato o período auditado, entre 03/10/2001 e 03/03/2002 está inserido na gestão do peticionário como Secretário de Saúde Adjunto do Distrito Federal.”

49. Os justificantes juntam, aos autos, processo referente ao Contrato 093/99 (f. 08 – Anexo VIII):

*“Não foi possível, entretanto, identificar, no relatório de auditoria, se houve análise do Processo nº 00.060.012.320/2001 (**DOC. nº 05 - cópia completa do processo**) que trata desse assunto e dá a exata medida dos trâmites percorridos e dos percalços e entraves encontrados.*

Com certeza se esse processo houvesse sido examinado dirimiria dúvidas que eventualmente houvesse.”

50. Abrimos parêntese para advertir sobre a falta de planejamento ocorrida observada quando da dispensa por emergência (art. 24, inciso IV, Lei 8.666/93). Esse processo tem início com informação tardia, de 01/10/2001, de Órgão da Subsecretaria de Planejamento da SES, de que 03/10/2001 é a data de expiração do Contrato nº 093/99 (f. 24 – Anexo VIII).

51. Além disso, segundo informação da Coordenação Técnico-Legislativa, o referido Contrato, por regra expressa no Edital, não poderia ser mais prorrogado (fs. 91/92 – Anexo VIII).

52. Contudo, aparentemente desinformada, a Administração age como se o Contrato fosse ainda prorrogável.

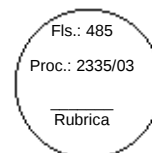
53. Voltamos à narrativa dos justificantes (fs. 08/11 – Anexo VIII):

“Nele, além do Contrato 093/99 e seus termos aditivos, estão os seguintes documentos:

Às fis. 28, carta nº 14/2001, de 1º/10/2001, da Chefe do Núcleo de Contratos/GEOCON/DIPLAN/SES, à Empresa WHITE MARTINS, solicitando



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPECTORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



manifestação, em 24 horas, quanto ao interesse em prorrogação do prazo de vigência do Contrato 093/99.

Constam também o encaminhamento à DALM e, dessa, à DICOF que informa a disponibilidade de recursos (fls de 31 a 33), bem como consulta do Núcleo de Contratos aos diretores de hospitais sobre o interesse na renovação do contrato (fls. 34 a 55).

Carta da Empresa WHITE MARTINS, de 02/10/2001, concordando com a renovação do contrato 093/99 (fls. 56).

Despacho do Diretor da DALM, em 02/10/2001, ao Secretário Adjunto de Saúde, sugerindo seja autorizada a realização da despesa, destinada e emissão de nota de empenho destinada a acobertar as despesas com a prorrogação do prazo de vigência do contrato 093/99 (fls. 57).

Autorização do Secretário para despesa e prorrogação, conforme sugerido, em 02/10/2001 (fls.58).

A nota de empenho se encontra às fls. 59. Daí até a fls. 67 há as diversas manifestações de Diretores de Hospitais concordando com a prorrogação.

Em 03/10/2001 a Chefe do Núcleo de Contratos encaminha à Coordenadoria Técnico-Legislativa/SES, expondo a tramitação do processo, propondo o exame das minutas acostadas relativas ao quarto termo aditivo ao contrato 093/99 (fls. 67).

Em 09/10/2001, a Coordenadoria Técnico-Legislativa, em pronunciamento ao Secretário Ajunto, informa não ser possível a celebração do Termo Aditivo, pois a única prorrogação prevista já havia sido levada a efeito. Opina pela não celebração do Termo Aditivo pretendido e propõe tornar sem efeito a autorização de despesa, cancelamento da nota de empenho e devolver o processo à DALM (fls. 68/69).

Todas as propostas da Coordenadoria Técnico-Legislativa foram levadas a efeito. (Fls.70/73).

Em 23/10/2001 a DALM, diante da impossibilidade de prorrogação de contrato, solicita ao Núcleo de Compras a instrução de processo de dispensa de licitação, em caráter emergencial, pelo período de 180 (cento e oitenta dias), enquanto se realiza procedimento licitatório (fls. 75). Essa instrução se estende até 18/12/2001. (fls. 76 a 101).

Em 03/01/2002, o Diretor da DALM faz exposição de motivos ao Secretário Adjunto expondo a ausência de resposta de duas outras empresas às consultas e pedidos formulados, a necessidade de manter o fornecimento de gases essenciais ao funcionamento dos hospitais, a manutenção dos valores pagos no último contrato e, pelas razões expostas, solicita a autorização para dispensa de licitação. Fls 103 e 104).

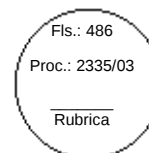
Em 04/01/2002 o Secretário Adjunto autoriza a dispensa de licitação (fls. 105) e em 04/01/2002 o Secretário de Saúde autoriza a despesa. (fls. 106).

Em 05/02/2002, às fls. 129, A Chefe do Núcleo de Contratos comunica à SUPLAN que a empresa WHITE MARTINS teve modificado o seu tipo societário, após a autorização da Dispensa de Licitação e junta os documentos a respeito às fls. 114 a 128).

Encaminhada à Coordenadoria Técnico-Legislativa, essa responde em 07/02/2002 consulta que a alteração contratual da denominação do tipo de sociedade, não interfere na celebração do ajuste, que a minuta pode ser assinada, contudo torna-se necessária a retificação da autorização de fls. 105 e 106, bem como na nota de empenho das fls. 111, substituindo-se o novo nome da sociedade, isto é de "S/A" para "LTDA".



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



Entre 07/2/2002 e 15/02/2002 foram atendidas as recomendações da Coordenadoria Técnico-Legislativa (fls. 131 a 135) e em 04/03/2002, finalmente foi possível assinar o Contrato 007/2002 (fls. 136).

Tratando-se de serviços essenciais, de prestação continuada, o pagamento dos serviços prestados entre 05/10/2001 e 03/03/02, isto é, por quatro meses após o término de vigência do Contrato 093/99, por reconhecimento de dívida, foi a alternativa possível naquele momento, sob pena de grave risco ao funcionamento dos hospitais."

54. Os justificantes concluem (f. 11 – Anexo VIII):

"O processo 00.060.012.320/2001, do qual incluo cópia, mostra que:

os órgãos responsáveis da SES tentaram tempestivamente a prorrogação do contrato 093/99, que chegou a ser concluída, inclusive com emissão de nota de empenho;

a Coordenadoria Técnico-Legislativa (antiga Procuradoria Jurídica da FHDF) se pronunciou pela impossibilidade de nova prorrogação, o que obrigou ao cancelamento da autorização e nota de empenho;

foi iniciado processo de dispensa de licitação emergencial, cujo contrato de nº 007/02, pelas razões constantes no processo, só pôde ser assinado em 04/03/2002;

não houve prejuízo ao erário, porquanto tanto o pagamento no período sem cobertura contratual, como naquele do contrato 007/2002, por dispensa de licitação emergencial, não houve alteração de preços em relação ao Contrato 093/99. (Vide tabela abaixo)"

55. Ademais, o Sr. Jofran Frejat acrescenta que ocorrem, habitualmente, ausências de cobertura contratual em serviços de prestação continuada (fs. 11/12 – Anexo VIII):

"Por fim, embora tenha sido contestado pelo MPJTCDF, conforme referido no Relatório de Inspeção no item 2, sub-item "d", às fls 342, a não prorrogação apenas dos contratos 093/99 e 007/02, é importante salientar que a ausência de cobertura contratual, por determinados períodos, em serviços de prestação continuada, ocorrem com alguma frequência, como mostra o quadro abaixo. O que não significa intenção de descumprir a legislação. Seria de extremo rigor atribuir ao titular da pasta a responsabilidade de acompanhar prazos de vencimento de cada contrato existente, sem considerar a atribuição de diversos setores."

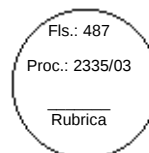
56. Tabela de contratos de fornecimento de gases medicinais firmados com a White Martins (f. 12 – Anexo VIII):

WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS

Nº CONTRATO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	DATA DE ASSINATURA	TÉRMINO DA VIGÊNCIA	VALOR ESTIMATIVO MENSAL	PROCESSO
001/95	Concorrência nº 038/94	01/02/95	31/12/95	R\$ 384.139,09	061.011.427/94
028/96	Dispensa de Licitação, artigo 24, IV, Lei 8.666/93	16/04/96	12/10/96	R\$ 328,532,03	061.012.049/95



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



005/97	Concorrência n° 06/96	12/02/97	31/12/97	R\$ 375.064,60	061.009.355/95
235/98	Concorrência n° 004/98	28/08/98	31/12/98	R\$ 430.670,66	061.008.368/97
030/99	Dispensa de Licitação, artigo 24, IV, Lei 8.666/93	25/01/99	24/04/99	R\$ 430.670,66	061.013.904/98
066/99	Dispensa de Licitação, artigo 24, IV, Lei 8.666/93	10/06/99	07/09/99	R\$ 430.670,65	061.004.000/99
093/99	Concorrência n° 005/99	05/10/99	10/04/01	R\$ 426.811,36	061.012.356/98 061.008.737/00
007/02	Dispensa de Licitação, artigo 24, IV, Lei 8.666/93	04/03/02	30/08/02	R\$ 424.951,10	060.012.320/01
028/03	Dispensa de Licitação, artigo 24, IV, Lei 8.666/93	25/03/03	20/09/03	R\$ 748.171,20	060.001.087/03
100/03	Pregão n° 274/03	22/09/03	22/09/04	R\$ 522.645,00	060.007.15003

57. Nos intervalos entre as vigências desses contratos, ocorreram fornecimentos de gases medicinais sem cobertura contratual (fs. 12/13 – Anexo VIII):

“Como se pode verificar nos arquivos da Secretaria de Saúde, vários períodos ficaram sem cobertura contratual, tais como:

*Três meses entre os contratos 001/95 e 028/96;
Quatro meses entre os contratos 028/96 e 005/97;
Oito meses entre os contratos 005/97 e 235/98;
Vinte e cinco dias entre os contratos 235/98 e 030/99;
Trinta e seis dias entre os contratos 030/99 e 066/99;
Vinte e sete dias entre os contratos 066/99 e 093/99;
Cinco meses entre os contratos 093/99 e 007/02;
Sete meses entre os contratos 007/02 e 028/03 e
Dois dias entre os contratos 028/03 e 100/03”*

58. Entendemos que essa informação não favorece à argumentação do Sr. Jofran Frejat. Essa sequência de falhas, é indício de favorecimento à empresa White Martins, uma vez que apenas essa contratada é citada.

V – DAS JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS POR ALUISIO TOSCANO FRANÇA

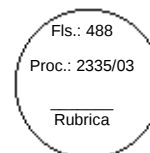
59. De início, o Sr. Aluisio Toscano França alega que seu período de permanência no cargo vai de 24/07/2002 a 23/11/2002 (f. 70 – Anexo X).

60. O justificante alude às verificações descritas nos §§ de 39 a 42 do Relatório de Inspeção (fs. 72/73 – Anexo X):

“Preliminarmente impende esclarecer que em relação aos itens 39, 40, 41 e 42, torna-se oportuno esclarecer que já forma devidamente equacionados conforme comprova (Documento anexo II), sendo permutada a fonte do recurso e restituída ao FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, tratando apenas de um equívoco administrativo que



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



não gerou nenhum dano ao erário público, com ausência de má-fé sendo assim que percebido o erro restituído aos ditames legais.”

(...)

E por fim, não foi o informante que autorizou a utilização de recurso do Sus transferido, para contrapartida de contrato inerente ao Reforsus, tomando ciência de tal fato através desta notificação do tribunal do que estava ocorrendo, na época sempre de boa-fé, pois se soubesse na época nada disso teria ocorrido.”

61. Durante a Gestão do Sr. Arnaldo Bernadino Alves, são restituídos ao Fundo de Saúde do DF, os recursos utilizados, irregularmente, durante o ano de 2002, como contrapartida de convênios do programa REFORSUS, conforme Notas Bancárias, de 17/05/2004, acostadas às fs. 122/123 – AnexoX.

62. O justificante manifesta-se quanto às graves irregularidades sobre fornecimento de medicamentos descritas nos §§ 43/44 do Relatório de inspeção (f. 74 – Anexo X):

“Em relação aos itens 43 e 44, convém exarada pela ilustre Segunda Inspeção de Controle Externo, a matéria será tratada no processo 1126/02 com a devida profundidade mediante ferramenta mais adequada, nesse sentido estaremos a disposição desta Egrégia para prestar todos os esclarecimentos necessários para que se tenha parte da Secretaria de estado de saúde que na Época geria da sua conduta ilibada perante a instituição, respeitando sempre os princípios da legalidade, moralidade, eficiência e outros.”

63. O justificante refere-se á informação sobre processo de auditoria inserida no § 46 do Relatório de Inspeção:

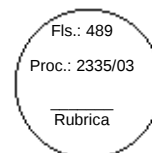
“46. Em que pese serem graves os fatos alvitados e, a priori, afastarem a boa-fé, não se dará continuidade às apurações nestes autos, tendo em conta que matéria está sendo tratada no Processo n.º 1126/02, com a devida profundidade e mediante ferramenta mais adequada (auditoria).”

64. No caso, o entendemos que o Analista, além de evitar esforços paralelos, fundamenta-se corretamente no princípio “non bis idem”.

65. O justificante abstém-se de cumprir o disposto no item II, alínea “c”, da citada Decisão 3647/2004, embora tenha ocorrido, durante sua gestão, fornecimento de gases medicinais, sem cobertura contratual, entre os períodos dos contratos 007/02 e 028/03.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



VI – DAS JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS POR ARNALDO BERNARDINO ALVES

66. A seguir, analisamos os esclarecimentos prestados pelo Sr Arnaldo Bernardino Alves pelas irregularidades apontadas no item II, alíneas “b” e “c”, da Decisão 3647, de 19/08/2004.

67. De início, trata da utilização indevida de recursos do SUS (f. 164 – Anexo X):

“Até 2003 eram costumeiramente utilizados recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) para a contrapartida, nos convênios celebrados, como fontes de recursos do órgão gestor, no caso a SES/DF. Somente na análise das prestações de contas dos convênios encerrados em 2003 o Ministério da Saúde recomendou a utilização de fonte de recursos do GDF no exercício de 2004.”

68. Assim, é inquestionável a glosa, prescrita no Relatório de Auditoria do DENASUS, de 14/03/2003, no valor de R\$ 670.583,24, dado que a Jurisdicionada alocou recursos de modo contrário a esse entendimento (fs. 13/14).

69. O justificante esclarece que os recursos indevidamente alocados foram restituídos ao Fundo Nacional de Saúde (f. 164 – Anexo X):

“Ainda assim, em função do Ofício nº 1831/MS/SE/FNS, de 30 de abril de 2004, a restituição do montante de R\$670.583,24 - utilizados indevidamente como contrapartida de subprojetos do Programa REFORSUS -- foi efetuada dias depois, em 14 de maio de 2004, através das ordens bancárias 20040B04539 e 20040B04538 (cópias anexas). A providência prova que o GDF regularizou com recursos da Fonte 100 (recursos do DF), na íntegra, o valor supramencionado.”

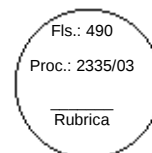
70. Por fim, o justificante conclui (f. 164 – Anexo X):

“No que respeita à responsabilidade do Secretário de Estado, convém lembrar que o atual titular somente esteve no cargo a partir de fins de novembro de 2002, não sendo, assim, responsável por atos anteriores.”

71. Contudo, o Relatório do DENASUS aponta transferências indevidas na gestão do justificante, como verificamos às fs. 13/14.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



72. Assim, entendemos que o justificante não elide a irregularidade apontada no § 41 do Relatório de Inspeção.

73. Além disso, o justificante omite-se quanto à inexistência de licitação no período auditado, embora tenha ocorrido, durante sua gestão, fornecimento de gases medicinais, sem cobertura contratual, entre as vigências dos contratos 007/02 e 028/03.

VII- DAS RESPOSTAS OFERECIDAS PELA JURISDICIONADA

74. A seguir, analisamos os esclarecimentos prestados pela Jurisdicionada sobre o disposto no item III da referida Decisão 3647/2004 (fs 391/392)

75. O Sr Arnaldo Bernardino Alves, então Secretário de Saúde, informa quanto ao cumprimento das determinações referentes a esse item (fs 165/166 - Anexo X).

76. Com vistas a facilitar a leitura, intercalamos as alíneas das explicações oferecidas pela Jurisdicionada.

77. Dentre as solicitações, apenas a primeira é contemplada com documentação, conforme vemos a seguir:

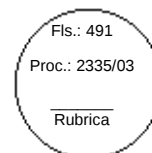
“a) envie a este Tribunal, em trinta dias, planilha(s) contendo todos os valores estimados e executados dos contratos firmados para fornecimento de gases medicinais a partir de 2001 até a presente data, demonstrando os valores empenhados e anulados referentes a cada contrato, por ano, os valores liquidados e pagos pertinentes à competência contábil de cada ano, e os valores liquidados em anos anteriores e pagos nos seguintes por reconhecimentos de dívidas, informando, também, os números de todas as notas fiscais correspondentes às transações expendidas;..”

“Alínea ‘a’: Está sendo encaminhada em anexo a planilha contendo os valores empenhados, liquidados e pagos referentes aos contratos firmados para fornecimento de gases medicinais no período de 2001 até a presente data. Os números das notas fiscais não estão mencionados na planilha, tendo em vista o grande número de documentos; entretanto, os processos estão à disposição desse Egrégio Tribunal para consulta direta, se for necessário e quando for oportuno.”(f. 165 - Anexo X).

78. Contudo, verificamos que a planilha apresentada não satisfaz às especificações formuladas: Não se demonstram os valores empenhados e anulados referentes a cada contrato, por ano, os valores liquidados e pagos pertinentes à competência contábil de cada ano, e os valores liquidados em anos anteriores e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



pagos nos seguintes por reconhecimentos de dívidas. Também, não se apresentam os números de todas as notas fiscais correspondentes às transações expendidas (fs. 176/179 - Anexo X).

79. Passamos às alíneas “b” e “c”, as quais se referem a questões técnicas:

“b) implemente imediatos procedimentos visando aos controles físicos do recebimento e do consumo de gases medicinais, designando, para tanto, o pessoal necessário;”

“Alínea ‘b’: a Diretoria de Engenharia e Tecnologia desta Secretaria já tomou as providências necessárias para o atendimento da referida exigência, dentre elas o acompanhamento mais rigoroso por parte dos executores do contrato durante o abastecimento dos tanques criogênicos; instruções expedidas para todas as Diretorias Regionais de Saúde, orientando tecnicamente como tomar medidas práticas para a economia de oxigênio; finalmente, esclarecimentos técnicos às mesmas Diretorias Regionais para que aparelhos como carro de anestesia e ventiladores pulmonares sejam ciclados a ar medicinal, pois agora já dispomos (o que antes não ocorria) de uma central geradora de ar medicinal confiável. Com este último procedimento a economia de oxigênio será em torno de 20% ao mês;”(f. 165 - Anexo X)

“c) desenvolva controles físicos do consumo de óleo pelos equipamentos geradores e concentradores de gases medicinais e proceda a manutenções periódicas com vistas a evitar excesso de consumo de combustível;”

“Alínea ‘c’: para o controle efetivo no consumo de óleo BPF (OC2A) utilizado nas caldeiras para a geração de vapor, já foi providenciada a aquisição de medidores de vazão totalizadores de consumo de óleo BPF, a ser instalados em todas as caldeiras em funcionamento nas Unidades da SES. Para controle do consumo de oxigênio fornecido pela White Martins, estamos aguardando orçamento para solicitar a compra dos medidores de vazão;”(f. 165 - Anexo X).

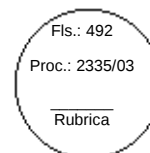
80. O Sr Arnaldo Bernardino Alves esclarece que medidas tem sido adotadas com vistas ao controle físico do recebimento e do consumo de gases medicinais e de óleo por seus equipamentos geradores e concentradores. Contudo, não apresenta qualquer documentação a esse respeito.

81. Quanto a medidas preventivas com vistas a coibir irregularidades nos processos de fornecimento de gases medicinais, o Sr Arnaldo Bernardino Alves não apresenta qualquer documentação que comprove a tomada de “providências necessárias junto aos setores competentes”:

“d) envide esforços para que não mais ocorra a realização de despesas sem prévio empenho, descobertas de licitação e de contrato, ensejando reconhecimento de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



dívidas, conforme ocorreu com os fornecimentos de gases medicinais mediante a empresa White Martins Gases Industriais Ltda.;"

"Alínea 'd': foram tomadas todas as providências necessárias junto aos setores competentes para que não ocorra mais a realização de despesas sem prévio empenho, descobertas de licitação e de contrato, desde do final do ano de 2002, quando assumiu a atual administração desta Secretaria;" (f. 165 - Anexo X)

82. Com relação ao descumprimento de cláusula contratual, o Sr Arnaldo Bernardino Alves apresenta resposta evasiva, sem apresentar qualquer documentação:

"e) adote as medidas necessárias para fazer valer o que foi pactuado no item 01 do Pregão 274/2003-SUCOM/SEF, contratado junto à empresa White Martins – instalação cilindros (tanques) de oxigênio gasoso nas centrais de cilindros de reserva das regionais hospitalares, informando o Tribunal acerca dos resultados alcançados;"

"Alínea 'e': o processo referente ao item 1 do Pregão 274/2003-SUCOM/SEF encontra-se na Assessoria Técnico Legislativa/SES para parecer e, na alçada competente, decisão sobre a instalação dos cilindros contendo o produto, destinados à Central reserva de cilindros por parte da White Martins;" (f. 165 - Anexo X)

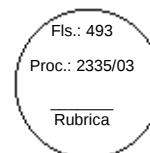
83. Quanto à aquisição de equipamentos para o Hospital de Base, o Sr. Arnaldo Bernardino Alves detalha providências que teriam sido tomadas nesse sentido. Contudo, também aí, não traz aos autos qualquer documentação:

"f) avalie a viabilidade de dotar o Hospital de Base dos equipamentos necessários à auto-suficiência na produção de oxigênio hospitalar, nos termos descritos nos §§ 12 e 13, pois é contrário à economicidade permitir a aquisição desse gás por até R\$ 4,39 o m³, quando se poderia produzi-lo a R\$ 0,90 o m³, conforme consta, por exemplo, nos autos dos Processos nº 060.001.117/2002 e 060.000.216/2003;"

"Alínea 'f': a Secretaria adquiriu um novo compressor rotativo com o objetivo de aumentar a produção de oxigênio pela usina do Hospital de Base do Distrito Federal. Contudo, verificou-se, após alguns meses, que a produção de oxigênio pela usina não aumentou de forma significativa. De imediato, foi solicitado parecer técnico da empresa Janus & Perger Ltda., detentora do contrato de manutenção preventiva e corretiva da usina concentradora de oxigênio. O parecer concluiu pela necessidade de aquisição de dois novos adsorvedores de oxigênio, pois os atuais apresentam várias rachaduras no perímetro das colunas, devido à fadiga ocasionada pelo tempo de funcionamento. Quanto ao restante dos equipamentos da usina, eles estão em satisfatório estado de conservação, aguardando apenas aquisição dos novos adsorvedores - valor estimado em R\$ 800.000,00." (fs. 165/166 - Anexo X)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



84. Quanto às irregularidades nos processos de licitação e de contratação, o Sr. Arnaldo Bernardino Alves menciona apenas trabalho conjunto entre a SES e a SEF com vistas à licitação de manutenção de equipamentos. Da mesma forma, nesse caso, não apresenta qualquer documentação:

“g) observe a Decisão nº 10.626/1999, especialmente o inciso V, (...)”

“Alínea ‘g’: a Diretoria de Engenharia e Tecnologia/SES está trabalhando exaustivamente junto à Subsecretaria de Compras e Licitações/SEF, visando à adequação dos projetos básicos para a licitação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de propriedade da SES, assim atendendo com rigor o que prescreve a Lei de Licitações.” (f. 166 - Anexo X)

85. Por fim, conclui (f. 166 - Anexo X):

“Em última análise, o signatário agiu de acordo com os princípios norteadores da Administração Pública na prática dos atos ocorrentes em sua gestão. Mesmo quando algum lapso não essencial se verificou, providências imediatas foram tomadas para restituir à boa ordem os negócios de Estado em conformidade com a lei.

Em função disso, pede e espera que o Tribunal considere suficientes as provas e argumentos apresentados e, se for seu juízo, desonere o signatário de quaisquer responsabilidades que poderiam sobre ele pesar, declarando boa e conforme à lei sua conduta e, de igual forma, os atos que praticou nos episódios que se tornaram objeto da Decisão nº 3647/2004.”

86. A seguir, passamos a resumir as ilações a que chegamos a partir da presente análise.

VII – DAS CONCLUSÕES

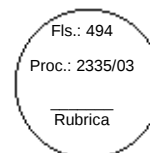
87. Segundo o Relatório de Inspeção, Eliane Batista de Moraes e Massilon Figueiredo Junior – Gerente de Apropriação de Custos/DICOF, teriam efetuado pagamentos indevidos à empresa WHITE MARTINS GASES MEDICINAIS SA, somando R\$ 2.048.125,36, no período de maio a agosto de 2003 (fs. 347/349).

88. Contudo, os justificantes esclarecem que a empresa WHITE MARTINS GASES MEDICINAIS SA e WHITE MARTINS GASES MEDICINAIS LTDA são razões sociais de uma única empresa e que a desatualização da razão social é devida a falha da sistema SIGGO.

89. Os justificantes refutam que o pagamento de “R\$ 2.048.125,36 à empresa White SA., desprovido das correspondentes contraprestações em



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



fornecimentos de gases,” deva-se a “informações equivocadas, por eles prestadas, quanto ao CGC do credor para pagamento, foi que se consolidaram os erros (fls. 75, 99*, 125*, 157*, 191*, 314* e 520*)”. (§ 21 do RI, fs. 349/350)*

90. Assiste razão aos justificantes. Verificamos, às fs. 26/32 do Anexo X, a ausência de CNPJ, nesses despachos em todas essas folhas citadas.

91. Também, os justificantes esclarecem o pagamento de R\$ 2.048.125,36 à empresa WHITE MARTINS S.A (fs. 05/06 - Anexo X):

“...todas as notas fiscais pertinentes ao montante pago encontram-se nos processos 060.005.482/03, 060.005.483/03, 060.005.857/03, 060.004.993/03, 060.006.129/03, 060.007.405/03, 060.006.741/03 e 060.008.415/03. (Processos em anexo, DOC VI em anexo).” (f.34 - Anexo X)

92. Em pesquisa junto ao sistema SISCOEX, verificamos as correspondentes ordens bancárias (fs. 459/466).

93. Os justificantes alegam que se processam os pagamentos com base nos atestados passados pelos executores dos contratos (f. 06 - Anexo X).

94. Uma vez que restam aclaradas as dúvidas, com suficientes provas documentais, sobre as irregularidades imputadas aos justificantes, entendemos que o Tribunal deva acolher essas justificativas.

95. Passamos às justificativas apresentadas pelos Sr.^{es} Jofran Frejat, Paulo Afonso Kalume Reis, Aluísio Toscano França e Arnaldo Bernadino Alves, quanto à inexistência de licitação no período auditado e quanto às irregularidades descritas nos §§ 39 a 42 (fs. 356/358).

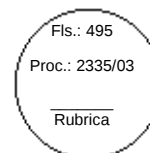
96. Quanto ao item II, “b”, da Decisão 3647/04, os justificantes não conseguem demonstrar que recursos do Fundo Nacional de Saúde, ao serem repassados ao Fundo de Saúde do Distrito Federal, possam ser geridos como se fossem receita própria” do Distrito Federal.

97. Malgrado tenha ocorrido a irregularidade apontada, entendemos que não se constata dano ao erário. É que retornam ao Fundo de Saúde do DF, os recursos utilizados, irregularmente, durante o ano de 2002, como contrapartida de convênios do programa REFORSUS, conforme Notas Bancárias, de 17/05/2004 (fs. 122/123 – Anexo X).

98. Os Sr.^{es} Jofran Frejat, Paulo Afonso Kalume Reis, Aluísio Toscano França e Arnaldo Bernadino Alves não aduzem quaisquer razões ou provas suficientes para suprimir a imputação de ocorrência de fornecimento de gases medicinais pela empresa White Martins, sem cobertura contratual.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



99. O Contrato 007/2002-SES/DF dá-se por dispensa por emergência (art. 24, inciso IV, Lei 8.666/93).

100. No caso, verifica-se que a licitação não se inicia em tempo hábil, considerando, com folga, os prazos legais para elaboração do instrumento convocatório, análise dos documentos de habilitação, abertura da licitação, análise das propostas, interposição de recursos administrativos, adjudicação do objeto e homologação do certame.

101. O processo para a licitação é aberto em 01/10/2001. O Contrato 093/99-PJ/FHDF expira em 03/10/2001. (f. 24 – Anexo VIII).

102. Uma vez que se trata de serviço de natureza contínua, a necessidade de nova contratação é perfeitamente previsível.

103. Assim, entendemos que tal providência intempestiva revela falta de planejamento, levando a Administração à emergência resultante da inércia administrativa.

104. Além disso, ocorre frustrada tentativa de prorrogar o prazo do contrato, o qual, segundo regra expressa no Edital, não poderia ser mais estendido (fs. 91/92 – Anexo VIII).

105. A reiteração dessa irregularidade detalhada pelo próprio Sr, Jofran Frejat, às fs. 11/13 do Anexo VIII, constitui indício de favorecimento à empresa White Martins.

106. Passamos às informações prestados pelo Sr. Arnaldo Bernardino Alves, em cumprimento ao disposto no item III, “a”, da Decisão 3647/2004 (fs. 165/179 – Anexo X).

107. Conforme constatamos, as informações apresentadas, em planilha, pelo Sr. Arnaldo Bernardino Alves (fs. 176/179, do Anexo X), não satisfazem ao prescrito nessa Decisão. Por isso, entendemos que o Sr. Arnaldo Bernardino Alves, deixa de cumprir, satisfatoriamente, a determinação do Tribunal.

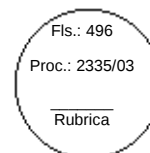
VIII – DAS SUGESTÕES

108. Do exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

I – tome conhecimento das justificativas apresentadas pelos servidores referidos no item II, “a”, da Decisão 3647/2004, para, no mérito, dar-lhes provimento;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



II – tome conhecimento das justificativas apresentadas pelos servidores referidos no item II, “c”, da Decisão 3647/2004, para, no mérito, negar-lhes provimento, aplicando-lhes a multa prescrita no art. 57, item II;

III – tome conhecimento das informações apresentadas pelo servidor nominado no § 107 desta instrução, no que tange ao item III, “a”, da Decisão 3647/2004, para, no mérito, negar-lhes provimento, aplicando-lhe a multa prescrita no art. 57, item IV;

IV – reitere à SES o item III, “a” da Decisão n.º 3647/2004, para cumprimento em 45 dias;

V - retorne os autos à Inspeção, para os devidos fins.

À consideração superior.

Brasília, 30 de junho de 2006.

Milton P. do Sacramento

AFCE

Senhor Inspetor,

*Concordamos com os termos da Informação.
À alta consideração de Vossa Senhoria.
Em / / 2006.*

JOSÉ AUGUSTO PINTO JÚNIOR

Diretor